

**HABEAS CORPUS Nº 492.234 - SP (2019/0035642-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MARIANA CHAIB - SP313698  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ROMARIO DO PRADO RODRIGUES (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ROMARIO DO PRADO RODRIGUES no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado de Execução Penal nº 0009947-73.2018.8.26.0026).

Consta dos autos que o paciente foi "condenado a uma pena total de 12 (doze) anos, 10 (dez) meses e 26 (vinte e seis) dias de reclusão, requereu que lhe fosse deferida progressão para o regime semiaberto, uma vez que, segundo alega, satisfaria a todos os requisitos a tanto exigidos" (e-STJ fl. 66).

O Magistrado de piso deferiu a progressão.

Irresignada, a acusação interpôs recurso de agravo pugnando pela cassação do benefício concedido. O Tribunal de origem deu provimento ao pleito, nos termos do acórdão de e-STJ fls. 65/68.

Na presente impetração, a defesa assere que "o Exame Criminológico foi determinado pelo Egrégio Tribunal "a quo" baseado em longevidade da pena, gravidade "in abstracto" do delito; todavia, Excelências, NÃO PODE o E. Tribunal determinar a realização do exame por estes motivos, sobretudo, quando o MM. Juízo de Primeira Instância, o qual acompanha o caso de perto, entendeu pela desnecessidade" (e-STJ fl. 5).

Assim, pugna pela concessão de liminar para restabelecer a progressão de regime concedida ao paciente ou, alternativamente, que o exame criminológico seja realizado em regime semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem,

"CASSANDO a decisão proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, MANTENDO A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA que DEFERIU ao Reeducando a Progressão ao Regime Semiaberto" (e-STJ fl. 11).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, em especial porque o Tribunal de origem deixou registrado que "o penitente foi submetido a exame criminológico em 19 de fevereiro do ano corrente, concluindo o estudo contrariamente à promoção de regime (fls. 148/54). E nada melhor para observá-lo, inclusive com anamnese e prognósticos clínicos, do que nova avaliação por equipe interdisciplinar" (e-STJ fl. 68).

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

